

A OFERTA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM INSTITUIÇÕES DE REFERÊNCIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Bruno Gawryszewski
Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os sentidos da oferta de educação profissional em instituições de referência no ensino de cursos técnicos no estado do Rio de Janeiro. A hipótese em tela é que a distribuição da oferta de cursos de educação profissional nas referidas instituições reflete, em boa medida, a divisão social do trabalho, aspecto estrutural do modo de produção capitalista. A metodologia de trabalho foi a coleta de dados nos *sites* oficiais das instituições de ensino. A conclusão é que a divisão social do trabalho permanece como balizador que estrutura a diversificação de possibilidades formativas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional, Instituições de referência, Divisão social do trabalho.

THE OFFER OF VOCATIONAL TRAINING IN RENOWNED TRAINING SCHOOLS IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

The present study aims to analyze the meanings of the offer of vocational training in renowned training schools in the vocational teaching courses in the state of Rio de Janeiro. The hypothesis is that the distribution of the offer of vocational education courses in these institutions express to a great extent the social division of labor, the structural aspect of the capitalist mode of production. The work methodology was the search of the official websites of educational institutions. The conclusion is that the social division of labor remains as a marker that structures the diversification of formative possibilities.

KEYWORDS: Vocational Training, Renowned training schools, Social division of labor.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2016, a educação profissional no estado do Rio de Janeiro perfazia um total de 168.328 matrículas. A distribuição da oferta no estado fluminense abrange, de forma mais significativa, instituições de ensino federais, estaduais e privadas¹.

No caso das instituições de ensino federais, a oferta é composta por aquelas pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Neste caso, citamos o CEFET-RJ, os Institutos Federais (IFRJ e IFF) e o Colégio Pedro II; a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, unidade de ensino da Fundação Oswaldo Cruz, mas que não compõe a Rede Federal; e as escolas vinculadas às Forças Armadas, como a Fundação Osório e o Colégio Brigadeiro Newton Braga.

No âmbito da rede pública estadual, a oferta da educação profissional está principalmente a cargo de duas secretarias distintas², uma pela Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) e outra sob responsabilidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. A distinção entre secretarias implica que na mesma esfera de governo, por estarem estruturados à parte, o processo seletivo e de matrícula para os cursos técnicos da rede FAETEC não se integram às da SEEDUC.

Dentre as instituições privadas do Rio de Janeiro, constata-se a volumosa participação nessa modalidade de ensino. Do total de 168.328 matrículas no estado, registram-se 101.299 matrículas nas instituições privadas, 60,18% da oferta total (INEP, 2017). Ressalte-se que essas instituições, apesar de sua natureza jurídica privada, têm peculiaridades entre si e podem ser mais bem qualificadas se forem levados em conta aspectos, tais como se a instituição está registrada como com ou sem fins lucrativos, se é uma escola privada isolada ou se compõe uma rede de unidades (como aquelas do Sistema S – SENAI, SENAC, SENAT...).

Tendo em vista que há uma rede diversificada e complexa na oferta de educação profissional no estado fluminense, o propósito do presente texto é examinar como se dá a distribuição de cursos técnicos tanto de nível quanto de qualificação profissional em instituições de referência. Essas instituições de ensino foram adjetivadas como tal por conta de sua tradição e longevidade ou por conta do pertencimento a uma determinada rede que seja notória por sua excelência de seus laboratórios, corpo docente, prestígio e resultados em avaliações de larga escala.

Considerando o universo da pesquisa a ser exposto no tópico a seguir, a hipótese em tela é que a distribuição da oferta de cursos de educação profissional nas referidas instituições reflete, em boa medida, a divisão social do trabalho, aspecto estrutural do modo de produção capitalista.

¹ Há um contingente residual, menos de 3% das matrículas de educação profissional, em instituições de ensino municipais, especialmente cursos ligados ao Projovem Urbano, que promove educação profissional integrada ao ensino fundamental e cursos técnicos na oferta subsequente ao ensino médio

² Há o caso isolado da Escola de Música Villa Lobos, que oferece cursos de formação profissional e livres na área de música, está vinculada à Secretaria de Cultura.

2 METODOLOGIA E UNIVERSO DA PESQUISA

A metodologia de trabalho empregada foi a busca nos *sites* oficiais das instituições de ensino que consideradas no universo da pesquisa, sob propósito de identificar a oferta de cursos de educação profissional. Essa identificação pode ser realizada tanto pelos informativos das páginas oficiais quanto pelos editais de seleção e abertura de inscrições.

As informações disponíveis acerca dos cursos e sua continuidade eram imprecisas, em especial aquelas dos cursos de qualificação profissional de curtíssima duração, uma planilha foi criada, de modo a identificar os cursos técnicos de nível médio e os de qualificação profissional, alimentando com informações mais cruciais como tipo de oferta, município, matrículas de ingresso, dentre outras, embora não tenha sido possível expor aqui os dados em sua integralidade, devido ao tamanho permitido pelo texto.

Com relação às instituições presentes no universo da pesquisa, o universo da pesquisa abrangeu as seguintes instituições, o qual apresento brevemente cada uma delas:

- **Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-RJ)**: criada em 1917, dispõe do seu histórico *campus* no bairro do Maracanã, na capital fluminense, além dos *campi* Maria da Graça (o único também na capital) e nos municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis e Valença.

- **Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)**: criado em 2008, por conta da lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. A sede da reitoria se localiza no município do Rio de Janeiro. Na capital do estado, um *campus* se localiza no bairro do Maracanã e outro no bairro de Realengo, em uma antiga unidade de expansão do CEFET Química. Os demais *campi* se localizam nos municípios de Arraial do Cabo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Pinheiral, Resende, São Gonçalo, São João de Meriti.

- **Instituto Federal Fluminense (IFF)**: assim como o IFRJ, sua caracterização como instituição própria foi através do aproveitamento de escolas já existentes ligadas ao CEFET-RJ. Atualmente o IFF dispõe de dois *campi* no município de Campos dos Goytacazes e em Bom Jesus do Itabapoana, Cabo Frio, Cambuci, Itaboraí, Itaperuna, Macaé, Maricá, Quissamã, São João da Barra e Santo Antônio de Pádua.

- **Escolas da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC-RJ)**: trata-se de uma rede de escolas que se vinculam à SEEDUC-RJ através de programas específicos, como o outrora denominado *Dupla Escola*³(atualmente designado como *Ensino Médio integrado à Educação Profissional*) – programa que funciona em 15 escolas sob regime de gestão compartilhada com empresas privadas. A partir de 2017, outra ação que teve início foi o *Ensino Médio em Tempo Integral com ênfase em*

³ O programa foi iniciado em 2008 entre a SEEDUC e o Instituto Oi Futuro. Posteriormente, a Secretaria de Educação firmou convênios com outras empresas como a CCPL, Grupo Pão de Açúcar, Nissan, TKCSA e o programa foi definitivamente consolidado em 2012. Cf aprofundamento sobre o programa em Pereira (2014).

*empreendedorismo aplicado ao mundo do trabalho*⁴(a partir daqui, EMTI empreendedorismo) – em que os professores são capacitados pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Instituto Ayrton Senna. Inicialmente o projeto abrangeu 37 escolas por todo o estado. Contudo, em dois anos, ocorreu um crescimento exponencial e, conforme já organizado pela Secretaria, 151 escolas estarão cobertas pelo projeto. Os concluintes dos cursos dessas escolas receberão diploma de curso técnico em Administração com automático registro profissional do Conselho Regional de Administração⁵.

- **Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC):** a instituição detém uma grande capilarização, pois existem unidades de ensino em 51 municípios do estado. As unidades de ensino se dividem entre Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) e Centros de Referência em Formação de Profissionais da Educação (Iserj e Isepam), que se dedicam à formação técnica de nível médio; os Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Ceteps) e Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), mais dedicados aos cursos de qualificação profissional, embora o primeiro também tenha alguns cursos técnicos de nível médio; Escolas de Artes Técnicas (EATs), que formam profissionais para exercerem ocupações em teatro e carnaval; e as Faculdades de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (Faeterjs), que formam profissionais para análise e desenvolvimento de sistemas em nível de graduação tecnológica.

- **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-RJ):** criado em 1942, pelo então presidente Getúlio Vargas através do decreto nº 4048. Trata-se de uma instituição de abrangência nacional que tem como principal fonte de financiamento o recolhimento pelo governo federal de 1% sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados. Em 2016, o SENAI recebeu repasse de R\$ 1,52 bilhão (LUPION, 2017). A instituição oferece cursos em qualificação profissional, técnica de nível médio e graduação tecnológica.

- **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-RJ):** bastante parecido com o serviço industrial, o SENAC foi criado em 1946 pelo decreto nº 8.621 e é uma instituição vinculada à Confederação Nacional do Comércio. Em 2016, a instituição recebeu R\$ 2,57 bilhões do governo federal (LUPION, 2017). Assim como o SENAI, há cursos de qualificação profissional, técnica de nível médio e graduação tecnológica em todo o território nacional.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA – A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

A exposição magistral de Karl Marx no livro 1 em *O Capital* elucida que a base da produção de mercadorias é a divisão social do trabalho. Inicialmente sob a forma da separação entre cidade e campo, essa divisão social se complexificou e expôs as contradições dos respectivos modos de produção.

⁴ O projeto, além do apoio técnico do Instituto Ayrton Senna e do Sebrae, recebe recursos suplementares dos programas do governo federal *Ensino Médio Inovador* e do *Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral*. Cf. discussão em Gawryszewski (2018).

⁵ Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=9098717>>.

Marx desenvolve a compreensão de que a divisão do processo de trabalho, além de aumentar a produtividade das forças produtivas, consolida o capital enquanto uma relação social em que os produtores das mercadorias (os trabalhadores) estão em um processo de trabalho sob a autoridade do “[...] capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo que a ele pertence” (MARX, 2002, p. 411).

A utilização capitalista da maquinaria complexifica o processo produtivo, eleva ainda mais a produtividade do trabalho e amplia as formas possíveis de extração de mais-valia. Concretiza-se assim a extirpação dos produtores das mercadorias do domínio do processo de trabalho para se transformarem em apêndices das máquinas.

Ao se transformar em autômato, o instrumental se confronta com o trabalhador durante o processo de trabalho como capital, trabalho morto que domina a força de trabalho viva, a suga e exaure. A separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poderes de domínio do capital sobre o trabalho se tornam uma realidade consumada na grande indústria fundamentada da maquinaria (MARX, 2002, p.483).

Nesse sentido, a divisão social do trabalho é o resultado da destituição do controle que o trabalhador detinha sobre o processo de trabalho. Assim, a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual se torna condição indispensável para a consolidação da indústria moderna. Antes de tudo, se o propósito que determina o processo de produção capitalista é a valorização de valor, tal fundamento implica a maior exploração possível da força de trabalho.

Ao expor sobre processo de cooperação pré-industrial, Marx lembra que à medida que os capitalistas atingiram uma grandeza de riqueza, estes, além de se libertarem do trabalho manual, gradualmente também passaram a se desfazer da função de supervisão direta dos trabalhadores, delegando essa função a assalariados que, ao menos imediatamente, personificam o poder do capital contra os interesses dos trabalhadores manuais. Desse modo, a oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual expressa uma relação antagônica entre classes sociais (BARRADAS, 2014).

4 RESULTADOS

Iniciarei a exposição da empiria pela frequência absoluta de cursos técnicos de nível médio das referidas instituições. Conforme pode ser constatado na tabela 1, os cursos técnicos das escolas vinculadas à SEEDUC-RJ estão na liderança entre as instituições pesquisadas. É preciso ressaltar que essa preponderância se deve inexoravelmente às 151 escolas que estão cobertas pelo projeto *EMTI empreendedorismo*. Até o presente momento, não há conhecimento por parte do autor do presente texto de pesquisas consistentes que tratem da referida ação da SEEDUC.

A seguir, aparece a FAETEC como a segunda instituição com mais cursos, que embora esteja presente em mais da metade dos municípios do estado, significativa quantidade desses municípios

cobertos somente dispõe de cursos de qualificação profissional. O SENAC-RJ tem de uma quantidade de cursos técnicos de nível médio bastante superior ao seu semelhante industrial e, igualmente, o IFF em relação ao IFRJ, o que atesta sua notória importância em levar essa modalidade educacional para além das fronteiras da Região Metropolitana do estado.

É importante frisar que a tabela não tem por finalidade emitir um juízo de valor sobre abrangência, até porque não parece razoável comparar redes com unidades escolares (casos da SEEDUC-RJ, FAETEC, SENAC-RJ, SENAI-RJ) com instituições isoladas, mesmo que essas disponham de diversos *campi* e/ou unidades descentralizadas (casos do CEFET-RJ, IFF e IFRJ).

Tabela 1: Frequência absoluta da oferta de cursos técnicos de nível médio

Instituição	Quantidade de cursos
SEEDUC-RJ	169
FAETEC	141
SENAC-RJ	85
IFF	76
IFRJ	45
SENAI-RJ	43
CEFET-RJ	41
Total	603

Fonte: Elaboração própria

A tabela 2 expõe que o curso técnico em Administração, por conta do referido projeto EMTI empreendedorismo, é disparado aquele com maior oferta levando em consideração as instituições do universo da pesquisa. Não fosse a ação, o curso técnico mais ofertado seria o de Informática, presente nas sete instituições e, a seguir como o terceiro mais ofertado, o curso técnico em Mecânica.

Tabela 2: Frequência absoluta dos cursos mais ofertados das respectivas instituições

Curso	Quantidade de cursos
ADMINISTRAÇÃO	188
INFORMÁTICA ⁶	39
MECÂNICA	25
ELETROTÉCNICA	24
SEGURANÇA DO TRABALHO	24
LOGÍSTICA	21

⁶ Foram apenas considerados aqueles cursos com a nomenclatura “Técnico em Informática”, embora tenham sido encontrados cursos derivados da informática, como “Suporte e manutenção em Informática”, “Informática para Internet” e “Redes de computadores”.

EDIFICAÇÕES	19
ENFERMAGEM	17
AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	16
ELETRÔNICA	16

Fonte: Elaboração própria

Ao comparar, a oferta de cursos técnicos de nível médio e cursos de qualificação profissional das instituições e redes cobertas pela pesquisa, conforme pode ser constatado na tabela 3, há uma larga predominância dos cursos de qualificação profissional.

Tabela 3: Oferta de cursos técnicos de nível médio e qualificação profissional

Cursos técnicos de nível médio	Qualificação profissional
603	1.471

Fonte: Elaboração própria

Nas instituições pesquisadas, foram encontrados cursos que têm carga horária de oito horas, tais como o curso básico de segurança no trabalho em altura, no SENAI-RJ de Nova Friburgo e de atualização na operação de empilhadeiras, ofertado pelo SENAI-RJ Vicente de Carvalho (município do Rio de Janeiro). A maior carga horária identificada foi de 800 horas, referente ao curso de *chef* executivo de cozinha, nos SENAC-RJ Barra da Tijuca e Campo Grande (ambos na capital), que, por sinal, apesar de ser um curso de qualificação profissional, tem carga horária semelhante à de um curso técnico de nível médio.

Por se tratar de cursos livres e sem diretriz específica para seu funcionamento, torna-se despropositado pensá-los sob um prisma uniforme. Há níveis de complexidade significativos, na medida em que variam de um aperfeiçoamento vinculado a uma ocupação (por exemplo, o curso de organização de festas infantis pelo SENAC-RJ Nova Iguaçu) ou a uma competência pessoal (citamos o curso de endomarketing pelo SENAC-RJ, ministrado a distância), até cursos vinculados a uma aprendizagem mais extensa (como os cursos de idiomas oferecidos pelas instituições, que tem duração de pelo menos 120 horas) ou da aprendizagem de um ofício ou um serviço (*webdesigner*, *maquiador*, *pizzaiolo*, *operador de áudio*, dentre inúmeros outros).

Tabela 4 – Frequência de cursos de qualificação profissional nas instituições

INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE DE CURSOS
SENAC-RJ	676
FAETEC	511
SENAI-RJ	229
IFRJ	47
SEEDUC-RJ	8

Total	1471
-------	------

Fonte: Elaboração própria

Complementando a tabela anterior, na tabela 4 foi decomposto o total da oferta dos cursos de qualificação profissional dentre as instituições pesquisadas. É possível verificar que o SENAC-RJ e a FAETEC concentram 80% dos cursos. No caso específico da FAETEC, a partir de 2000, sob mandato do então governador Anthony Garotinho, foram criados os Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante (Ceteps), que desde sempre se caracterizaram pela preponderância da formação por meio de cursos de qualificação profissional, sobretudo levando em conta que, naquele contexto histórico vigorava o decreto federal nº 2.208/1997, que serviu como balizamento para uma série de iniciativas que priorizavam a formação básica para iniciantes ou para trabalhadores em serviço, como o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) (FARIAS, 2016). No caso do SENAC, a sua própria origem como instituição de ensino se remete à qualificação profissional.

5 APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Examinando de forma agregada as quatro tabelas apresentadas, proponho algumas sínteses no sentido de compreender os sentidos da oferta da educação profissional nas instituições de referência. Primeiramente, foi possível perceber uma significativa heterogeneidade no que tange à oferta de cursos técnicos, pois existem diversos percursos formativos possíveis. A elevada quantidade de cursos de qualificação profissional, especialmente aqueles que têm rapidíssima duração, não nos deixa esquecer que, se por um lado essa formação aligeirada pode representar uma perspectiva imediata àqueles que precisam vender a sua força de trabalho a um preço um pouco melhor, pode também significar o lugar que se espera desse indivíduo mais desprovido de condição de subsistência. Considerando que a oferta de cursos técnicos historicamente foi justificada por um caráter de assistencialismo, preventivo e restaurativo para a classe trabalhadora, sobretudo a mais pobre, possivelmente um viés formativo que se pautou pela rapidez e pelo pragmatismo (em nome dos pobres), possa estar cumprindo essencialmente, conforme formula Rummert, Algebaile e Ventura⁷ (2013, p. 732) “funções de acomodação social e econômica de uma força de trabalho para a qual inserção laboral não está prevista.” e que incidem na categorização dos segmentos sociais que são identificados como de “vulnerabilidade e risco social” (RUMMERT; ALGEBAIL; VENTURA, 2013, p.733).

Além do mais, mesmo entre os cursos técnicos de nível médio, há diferentes condições para que essa oferta se materialize como tal. Importa mencionar que a formação técnica de nível médio pressupõe o acesso à escolarização como precípua condição. Levando em conta que a formação técnica em nível médio não é entendida como direito público subjetivo, logo sua oferta não implica na obrigatoriedade de ser provida a todos que a desejarem. Portanto, a venda do serviço

⁷ Ressalto que o texto das autoras mencionadas não trata especificamente da educação profissional, mas da educação da classe trabalhadora como um todo.

educacional privado se apresenta como alternativa àqueles que não ingressarem em uma instituição mantida pelo Estado, o que, por óbvio, gera mais uma barreira a uma parcela da população.

As instituições do Sistema S se mantêm, principalmente, a partir dos repasses oriundos do governo federal. Embora estejam obrigadas a reservar uma parcela de suas vagas para matrículas gratuitas, a maioria dos seus cursos são pagos. No caso das redes estaduais cobertas pela pesquisa (SEEDUC-RJ e FAETEC), a primeira, embora disponha de verbas públicas, têm firmado uma série de contratos de parceria com empresas privadas para serviços de assessoramento, capacitação e mesmo manutenção das unidades escolares, enquanto a segunda não é de conhecimento do autor do texto que haja a mesma iniciativa. Portanto, somente as instituições federais cobertas pela pesquisa se mantêm ainda exclusivamente pelo orçamento público e com notório reconhecimento na formação.

Essas desiguais condições estruturais provavelmente também afetam a própria condição pedagógica na formação dos estudantes. A explicação da mera diversificação formativa e o atendimento às diferentes demandas da população me parece insuficiente para compreender os processos sociais que perpassam a formação da classe trabalhadora. A radiografia desses cursos técnicos – somente levando em conta as instituições de referência da pesquisa – evidencia que a diversificada oferta subjaz a uma miríade de percursos que nos parecem evidenciar que a divisão social do trabalho continua sendo reiterada como balizador para a formação profissional.

O que a empiria nos parece revelar é que embora que as formas de acesso à educação e de qualificação profissional se diversifiquem e se expandam, há um movimento constante de subsunção dos processos formativos ao controle do capital, operado tanto pela mediação do Estado quanto pela intervenção direta de instituições vinculadas ao capital. Uma das maneiras de expressão desse controle se dá pela própria qualificação profissional. A qualificação no capitalismo é composta por capacidades de trabalho dos trabalhadores (ou seja, de valor de uso) que são hierarquizadas para atender à finalidade de maior extração de mais-valia. Por isso, o interesse do capitalista em controlar os processos formativos, de modo a atender as necessidades exigidas pela organização da produção, o que envolve tanto conhecimentos técnicos quanto comportamentais. Bruno (2011) nos ajuda a pensar como a compreensão de qualificação está circunscrita a relações sociais de produção em processos de trabalho que são distintos entre si. Considerando a divisão social do trabalho como marco estrutural das relações sociais de produção capitalistas, as desigualdades e estratos no interior da classe trabalhadora não são um problema. Por isso, reitera então Bruno (2011, p. 558) que

[...] do ponto de vista do capital, seria um desperdício formar a totalidade das novas gerações num mesmo grau de complexidade. Com a dinâmica do mercado de trabalho formal, altamente estratificado e poupador de força de trabalho, muitos jovens jamais serão inseridos neles. Eles irão para o exército de reserva ou executarão trabalhos simples que não exigem o mesmo grau de complexidade dos trabalhos voltados para a produção de inovação e para a produção de mercadorias com alto valor agregado.

Trata-se de enfatizar que a existência de cursos de qualificação profissional, especialmente aqueles de curtíssima duração, são absolutamente funcionais para o padrão de organização da produção brasileira. Quero ilustrar essa afirmação com o exemplo em torno da demanda da indústria para a formação da força de trabalho. Em publicação disponível na internet, o SENAI divulgou um “mapa do trabalho industrial” em que, ao mesmo tempo em que defende um “modelo de educação que favoreça o DESENVOLVIMENTO econômico e social”, revela que a necessidade da força de trabalho da indústria até 2020, conforme segue abaixo:

Tabela 5 – Demanda por formação na indústria (2017 a 2020)

Nível de qualificação	Total	%
Superior	625.448	4,8
Técnico	1.836.548	14,1
Qualificação (+ 200h)	3.348.382	25,7
Qualificação (- 200h)	7.199.946	55,3
Total	13.010.324	100

Fonte: Mapa do Trabalho Industrial 2017-2020, SENAI⁸

Por fim, chamo a atenção para a ênfase formativa dos cursos técnicos em Administração, particularmente em torno da ênfase em empreendedorismo. Um técnico em Administração executa operações administrativas relativas à documentação, estoques e gestão de pessoal de uma empresa. Em tese, o campo de trabalho é bem diversificado, pois inclui todo tipo de empresa, pública ou privada. No entanto, as ofertas de trabalho para o que se anuncia como “técnico em administração” nem sempre condizem com rotinas de trabalho que demandem um profissional com curso técnico de nível médio. Então há duas hipóteses explicativas para a compreensão dessa ênfase formativa no curso, hipóteses que não apenas não se excluem, mas até se complementam.

A primeira é que se trata de um marco discursivo por parte dos agentes do Estado e dos intelectuais da burguesia que opera através da ideologia da empregabilidade. Trata-se de conferir respaldo material a supostamente habilitar os indivíduos a se tornarem “empregáveis” em relações de produção operadas por personificações do capital que se esforçam para depender cada vez menos do trabalho vivo.

A incapacidade de fomentar mecanismos eficazes para a geração de empregos se ampara na transferência de responsabilidade de sua obtenção para os indivíduos. Portanto, trata-se de uma pedagogia para o trabalho em que a empregabilidade “obedece, portanto, a uma lógica orientada para a busca do imediato e a valorização da obtenção do sucesso individual” (MACHADO, 1998, p.21).

As personificações do capital sustentarão através da ideologia da empregabilidade que a obtenção de um diploma de curso técnico de nível médio possibilitará uma “taxa de retorno” na remuneração dos indivíduos (não necessariamente obtidos em relações de trabalho formal, por

⁸ Apresentação completa disponível em http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2016/10/19/12033/ApresentaoMapadoTrabalhoIndustria120172020.pdf, acesso em 31/10/2018.

suposto). Não queremos afirmar que a taxa de retorno seja por completa desprovida de verdade, mas é preciso ressaltar que não poucas vezes a função desempenhada pelos profissionais contratados pelas empresas não necessariamente demandam a conclusão de uma formação técnica de nível médio, mas que os requisitos por maiores níveis de escolaridade e qualificação profissional permitem a regulação do processo formativo da força de trabalho.

A segunda hipótese, complementar à primeira, é que a ênfase no empreendedorismo responde imediatamente à demanda da perspectiva de geração de renda. Na medida em que a taxa de desocupação se mantém em níveis não toleráveis, mesmo com ações por parte do Estado que supostamente visariam a desburocratização das relações de trabalho, como a “Reforma Trabalhista” (lei nº 13.467/2017), o apelo imediato à liberdade e autonomia de ter o seu próprio negócio surge como saída para a reprodução da vida material, especialmente entre os jovens. Enquanto o relatório *Global Entrepreneurship Monitor (2016)* identificou que a faixa etária entre 18 e 24 anos perfazia o quantitativo de 20,1% na categoria “empreendedor inicial”, o indicador *Serasa Experian de nascimento de empresas* identificou a constituição de 2,2 milhões de novas empresas no Brasil em 2017 (DINIZ, 2018).

Em suma, a ênfase formativa para o empreendedorismo se revela imediatamente como um vislumbre de geração de renda aos jovens, mas mediadamente é uma pedagogia do capital sob os auspícios do aparelho de Estado para educar, sobretudo os jovens trabalhadores, às adversidades do mercado e, conseqüentemente, da própria reprodução ampliada do capital (MOTTA; LEHER; GAWRYSZEWSKI, 2018).

Desse modo, concluo que a que a divisão social do trabalho permanece como balizador que estrutura a diversificação de possibilidades formativas. No entanto, aponto que já está em curso esforço próprio no sentido de avançar em outras mediações da objetivação da educação profissional, em particular a sistematização de pesquisa de campo já em andamento sobre as perspectivas e expectativas dos sujeitos escolares dessa modalidade de educação e o funcionamento e organização dos cursos nas instituições de ensino, bem como os futuros desdobramentos a partir dos resultados atingidos nessa fase da pesquisa.

6 REFERÊNCIAS

BARRADAS, L. **Marx e a divisão do trabalho no capitalismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p.545-562, set./dez./2011.

DINIZ, A. C. Empreendedorismo: as vantagens do negócio próprio e da franquia. **O Globo**, Boa Chance, publicado em 02/04/2018. Disponível em

<<https://oglobo.globo.com/economia/emprego/empreendedorismo-as-vantagens-do-negocio-proprio-da-franquia-22540064>>, acesso em 19 nov. 2018.

FARIAS, R. Ensino médio integrado na Rede FAETEC: do tecnicismo a uma nova concepção da educação profissional? Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GAWRYSZEWSKI, B. Tempo integral: mais uma solução para o ensino médio? **Revista HistedBR online**, Campinas, v.18, n.3, p.826-843, jul./set. 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Microdados 2016. 2017. Disponível em <inep.gov.br/microdados>, acesso em 19 nov. 2018.

LUPION, B. O que é o Sistema S, quanto custa e a quem beneficia. **Nexo Jornal**, publicado em 18/02/2017, disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/18/O-que-%C3%A9-o-Sistema-S-quanto-custa-e-a-quem-beneficia>, acesso em 14 nov. 2018.

MACHADO, L. Educação básica, empregabilidade e competência. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 3, jan./jul. 1998.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MOTTA, V. C; LEHER, R; GAWRYSZEWSKI, B. A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora. **Ser Social**, n. 43, p. 310-328, jul./dez. 2018.

PEREIRA, N. **O programa Dupla Escola e o NATA**: estudo crítico sobre parceria público-privada e o ensino profissionalizante no estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014

RUMMERT, S; ALGEBAIL, E; VENTURA, J. Educação da classe trabalhadora: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, p. 717-738, jul./set. 2013.